

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

**Itiquira Energética S.A. e suas
controladas**

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Itiquira Energética S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Itiquira Energética S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Itiquira Energética S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.497	6.588	7.574	10.556
Contas a receber	4	16.108	20.590	33.432	31.923
Estoques		5.208	4.817	6.090	5.445
Dividendos a receber	20	6.278	4.058	-	-
Impostos a recuperar		3.790	5.074	4.256	5.636
Despesas antecipadas	6	1.181	1.909	2.009	2.535
Outros		3.077	5.015	3.259	5.285
Total do ativo circulante		40.139	48.051	56.620	61.380
Não circulante					
Despesas antecipadas	6	-	-	1.013	1.463
Investimento	8	297.811	321.030	-	-
Imobilizado	9	250.629	301.405	539.647	620.631
Depósitos judiciais		129	90	170	102
Total do ativo não circulante		548.569	622.525	540.830	622.196
Total do ativo		588.708	670.576	597.450	683.576

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	10	13.313	15.147	17.871	22.808
Impostos e contribuições a recolher	11	11.553	10.963	12.558	12.368
Salários e encargos sociais		918	1.203	918	1.203
Dividendos a pagar	20	58.488	19.161	58.488	19.161
Outras contas a pagar		-	-	900	680
Total do passivo circulante		84.272	46.474	90.735	56.220
Não circulante					
Contas a pagar	10	3.419	3.140	3.419	3.140
Empréstimos e financiamentos	12	12.411	138.443	12.411	138.443
Impostos diferidos	19	25.686	29.250	25.686	29.250
Salários e encargos sociais		-	13	-	13
Provisão para contingências	13	79	66	85	80
Outras contas a pagar		-	-	2.273	3.240
Total do passivo não circulante		41.595	170.912	43.874	174.166
Patrimônio líquido					
Capital social	14	136.474	136.474	136.474	136.474
Reservas de lucros	14	232.736	203.351	232.736	203.351
Ajustes de avaliação patrimonial	14	89.792	109.526	89.792	109.526
Reserva de capital	14	3.839	3.839	3.839	3.839
Total do patrimônio líquido		462.841	453.190	462.841	453.190
Total do passivo e do patrimônio líquido		588.708	670.576	597.450	683.576

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	15	168.668	196.441	250.451	261.981
Custo de geração de energia	16	(102.745)	(108.013)	(128.095)	(126.792)
Lucro bruto		65.923	88.428	122.356	135.189
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	16	(14.449)	(14.628)	(41.938)	(42.162)
Resultado com equivalência patrimonial	8	26.432	17.086	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais	17	(444)	13.173	(348)	13.238
		11.539	15.631	(42.286)	(28.924)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		77.462	104.059	80.070	106.265
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18	951	1.033	1.136	1.471
Despesas financeiras	18	(6.824)	(17.549)	(6.929)	(17.631)
		(5.873)	(16.516)	(5.793)	(16.160)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		71.589	87.543	74.277	90.105
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19	(8.175)	(9.838)	(10.863)	(12.400)
Diferido	19	3.564	2.971	3.564	2.971
		(4.611)	(6.867)	(7.299)	(9.429)
Lucro líquido do exercício		66.978	80.676	66.978	80.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	66.978	80.676	66.978	80.676
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	66.978	80.676	66.978	80.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2017		136.474	3.839	104.766	17.337	72.373	129.260	-	464.049
Realização da avaliação patrimonial	14.c	-	-	-	-	-	(19.734)	19.734	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	14.d	-	-	-	-	(72.374)	-	-	(72.374)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	80.676	80.676
Constituição de reserva legal	14.b	-	-	-	4.034	-	-	(4.034)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	-	-	-	-	-	-	(19.161)	(19.161)
Reserva de incentivos fiscais	14.b	-	-	16.062	-	-	-	(16.062)	-
Reserva de dividendos complementares	14.b	-	-	-	-	61.153	-	(61.153)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		136.474	3.839	120.828	21.371	61.152	109.526	-	453.190
Realização da avaliação patrimonial	14.c	-	-	-	-	-	(19.734)	19.734	-
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	14.d	-	-	-	-	(41.420)	-	-	(41.420)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	66.978	66.978
Constituição de reserva legal	14.b	-	-	-	3.349	-	-	(3.349)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.d	-	-	-	-	-	-	(15.907)	(15.907)
Reserva de incentivos fiscais	14.b	-	-	14.181	-	-	-	(14.181)	-
Reserva de dividendos complementares	14.b	-	-	-	-	53.275	-	(53.275)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		136.474	3.839	135.009	24.720	73.007	89.792	-	462.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		66.978	80.676	66.978	80.676
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	7 e 9	51.399	51.477	82.156	82.439
Amortização de UBP	7	-	-	-	641
Encargos financeiros, líquidos	5 e 12	5.455	16.917	5.455	16.752
Baixa de ativo imobilizado	9	-	44	11	694
Resultado de equivalência patrimonial	8	(26.432)	(17.086)	-	-
Provisão para contingências	13	413	(3.474)	414	(3.460)
Impostos diferidos		(3.564)	(2.972)	(3.564)	(2.972)
Atualização monetária do UBP	7	-	-	-	39
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		4.482	60.427	(1.509)	60.849
Estoques		(391)	(583)	(645)	396
Impostos a recuperar		1.284	(211)	1.380	(240)
Depósitos judiciais		(39)	(1)	(68)	(13)
Despesas antecipadas		728	2.598	976	3.420
Outros		1.938	(2.272)	2.026	(2.334)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		(1.555)	(8.321)	(4.658)	(10.719)
Salários e encargos sociais		(298)	230	(298)	230
Pagamento de contingências	13	(400)	(460)	(409)	(460)
Impostos e contribuições a recolher		590	4.419	190	4.772
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	7	-	-	-	(995)
Outras contas a pagar		-	-	(747)	(1.078)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		100.588	181.408	147.688	228.637
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		16.231	17.301	-	-
Liberação de recursos para partes relacionadas	5	-	(24.850)	-	(24.850)
Recebimento de principal - operação de mútuo	5	-	24.990	-	24.990
Recebimento de juros - operação de mútuo	5	-	199	-	199
Redução de capital em empresas investidas	8	31.200	31.500	-	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	9	(623)	(1.147)	(1.183)	(5.002)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		46.808	47.993	(1.183)	(4.663)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos e financiamentos	12	6.000	10.000	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(84.696)	(157.197)	(93.539)	(139.500)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(52.791)	-	(37.948)	-
Dividendos pagos		(18.000)	(83.657)	(18.000)	(83.657)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(149.487)	(230.854)	(149.487)	(223.157)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(2.091)	(1.453)	(2.982)	817
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		6.588	8.041	10.556	9.739
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		4.497	6.588	7.574	10.556
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(2.091)	(1.453)	(2.982)	817
Informações complementares					
Valores pagos de IR:		2.746	1.328	4.631	2.713
Valores pagos de CS:		7.006	4.884	8.035	5.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Itiquira Energética S.A. (“Controladora”, “Sociedade” ou “Itiquira”) é uma sociedade anônima de capital fechado. A Sociedade foi constituída em 10 de junho de 1983 sob a forma de sociedade limitada. Sua transformação em sociedade anônima ocorreu em 15 de setembro de 1997, conforme Assembleia Geral de Transformação realizada nesta data.

A Sociedade tem por objetivo a geração de energia para atendimento próprio e comercialização com terceiros por meio de contrato de concessão celebrado com a União, na condição de Poder Concedente, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, podendo, ainda, explorar a atividade agropastoril, instalar unidades hidrelétricas, bem como participar do capital social de outras sociedades.

A acionista controladora da Sociedade é a Itisa Holding LLC, estabelecida em Delaware, Estados Unidos.

Usina	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
PCH Paraíso I	21,6	Resolução ANEEL Nº 358/1999	Costa Rica - MS
UHE Mimoso	29,5	Contrato de Concessão n. 02/1997	Ribas do Rio Pardo - MS

Contrato de concessão

A Sociedade é detentora de Contrato de Concessão nº 213/98 firmado com a União para a exploração dos recursos hídricos do Rio Itiquira no município de Itiquira - MT, mediante a construção e implementação de usina, tendo prazo de vigência de 30 anos, contados a partir de 15 de dezembro de 1994.

De acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, a UHE Itiquira tem direito a solicitar prorrogação da concessão por período de 20 anos, uma vez que sua outorga era vigente em 11 de dezembro de 2003. A renovação depende de aprovação do Poder Concedente, logo não há garantia se será concedida, nem em quais condições.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos não amortizados. Para determinação do montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Usina Hidrelétrica - UHE Itiquira

O início da operação comercial do empreendimento ocorreu em 06 de outubro de 2002, com potência instalada de 157,37 MW.

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Cliente	Empresa	Datas dos contratos	
		Início	Vencimento
Distribuidoras de energia (Leilão A0 2014)	Itiquira	01/05/2014	31/12/2019
Distribuidoras de energia	Pantanal	01/01/2008	31/12/2027

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, dividendos a receber e contas a receber.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 9.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizadas.

O ágio alocado no ativo imobilizado da Sociedade decorre de incorporação reversa ocorrida no exercício de 2008. O ágio, apurado pela Sociedade entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida, é amortizado conforme a vida útil dos itens pelos quais foram gerados. A amortização do ágio alocado em ativos é apresentada na demonstração do resultado, abaixo do lucro operacional.

e) Investimentos

Os investimentos na controlada e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 8.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

e) Investimentos--Continuação

Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Sociedade na entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais.

Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

i) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como Agente em parte dos seus contratos caracterizados pelas operações as quais os riscos estão sendo repassados as partes relacionadas, para estas transações a Sociedade é um intermediador da operação, e como Principal nos contratos os quais a Sociedade está exposta aos riscos das transações, ou seja, a mesma arcará com eventuais sanções / penalidades por não cumprir com as obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com as contrapartes.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

j) Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade e sua controlada direta Cachoeira Escura apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável. A Sociedade possui o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2022. Após obtenção do benefício tributário na alíquota de IRPJ a Sociedade passou a apurar como alíquota de IRPJ de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9% para 15,25%.

Já as suas controladas indiretas Pantanal e Bela Vista, apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido.

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta no capital social, como segue:

Controlada direta	Percentuais de participação	
	2019	2018
Cachoeira Escura Energética S.A.	100%	100%
Controladas indiretas	2019	2018
Bela Vista Energética Ltda.	100%	100%
Pantanal Energética Ltda.	100%	100%

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis—Continuação

2.5. Novos pronunciamentos contábeis

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos impostos sobre a renda, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributáveis envolvem incerteza, que afeta a aplicação do CPC 32 – Imposto de renda. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela Sociedade. Se a Sociedade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Sociedade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizáveis, créditos fiscais não usados, taxa de imposto e assim por diante). A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Administração da Sociedade entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas informações da Sociedade, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, são considerados pela Administração da Sociedade, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que sim” de sustentação nas esferas judiciais.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	101	6.588	179	8.560
Aplicações financeiras	4.396	-	7.395	1.996
Total	4.497	6.588	7.574	10.556

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	1.401	-	2.284	1.996
Banco BTG Pactual	Fundo DI	CDI	2.995	-	5.111	-
			4.396	-	7.395	1.996

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Venda de energia	4.323	6.005	10.474	11.322
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	900	3.541	10.350	5.950
Contas a receber – partes relacionadas	10.885	11.044	12.608	14.651
	16.108	20.590	33.432	31.923

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo a vencer	15.872	11.688	33.196	21.380
Saldo vencido até 30 dias	232	8.860	232	10.501
Saldo vencido de 31 a 90 dias	-	42	-	42
Saldo vencido de 181 a 365 dias	2	-	2	-
Saldo vencido há mais de 365 dias	2	-	2	-
Total	16.108	20.590	33.432	31.923

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Mútuos a receber

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	-	9	-	9
Liberação de recursos para partes relacionadas	-	24.850	-	24.850
Juros incorridos	-	190	-	190
Imposto sobre operação financeira	-	140	-	140
Amortização de principal	-	(24.990)	-	(24.990)
Amortização de juros	-	(199)	-	(199)
Saldo final	-	-	-	-

6. Despesas antecipadas

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Adesão ao deslocamento hidráulico	-	1.296	1.463	3.209
Prêmio de seguro de risco operacional	1.181	613	1.559	789
Total	1.181	1.909	3.022	3.998
Ativo circulante	1.181	1.909	2.009	2.535
Ativo não circulante	-	-	1.013	1.463

Durante o exercício de 2015, foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

Em 18 de dezembro de 2015, a Sociedade e sua controlada Pantanal Energética Ltda. aprovaram a proposta de repactuação do risco hidrológico, no qual optou-se pela classe de produto SP100, com prêmio de risco associado de R\$ 9,50/MWh. Os valores antecipados, referente ao prêmio de risco, serão compensados com os prêmios devidos do período de janeiro de 2016 a junho de 2020.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga

A controlada indireta Pantanal, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Assis Chateaubriand, recolheu à União, pelo prazo de cinco anos, contados a partir de 04 de dezembro de 2013, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$ 995, corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Com isso, encerrou-se a amortização do ativo, bem como o pagamento à União em dezembro de 2018, respeitando a cláusula de seu contrato.

O valor presente das parcelas foi calculado por meio da taxa de remuneração de capital na data da mensuração.

Movimentação do Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga:

Saldos do ativo	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	-	641
Amortização	-	(641)
Saldo final	-	-

Saldos do passivo	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	-	956
Encargos e atualização monetária	-	39
Pagamento	-	(995)
Saldo final	-	-

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimento (Controladora)

Controlada	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Cachoeira Escura Energética S.A.	100,00%	100,00%	297.811	321.030	26.432	17.086	297.811	321.030	26.432	17.086
Total					26.432	17.086	297.811	321.030	26.432	17.086

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controlada	Saldo em 2018	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos	Saldo em 2019
Cachoeira Escura Energética S.A.	321.030	26.432	(31.200)	(18.451)	297.811
Total	321.030	26.432	(31.200)	(18.451)	297.811

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimento (Controladora)--Continuação

Controlada	Saldo em 2017	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos	Saldo em 2018
Cachoeira Escura Energética S.A.	353.736	17.086	(31.500)	(18.292)	321.030
Total	353.736	17.086	(31.500)	(18.292)	321.030

Principais informações sobre as controladas:

	2019				2018			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Cachoeira Escura Energética S.A.	304.105	6.294	297.811	26.432	325.210	4.180	321.030	17.086
Pantanal Energética Ltda.	63.578	13.870	49.708	26.522	71.290	16.711	54.579	25.350
Bela Vista Energética Ltda.	53.595	8.011	45.584	22.504	51.122	8.625	42.497	14.434

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

Movimentação do imobilizado da controladora

	Custo atribuído					Em curso		Ágio Alocado - mais valia	Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento		
31 de dezembro de 2017	5.064	136.666	442.326	100.977	49.468	1.989	2.279	116.468	855.237
Adições	-	-	-	-	-	265	882	-	1.147
Baixas	-	(216)	-	-	-	-	(35)	-	(251)
Transferências	-	903	-	-	-	(49)	(854)	-	-
31 de dezembro de 2018	5.064	137.353	442.326	100.977	49.468	2.205	2.272	116.468	856.133
Adições	-	-	-	-	-	60	563	-	623
Transferências	-	440	-	-	370	(170)	(640)	-	-
31 de dezembro de 2019	5.064	137.793	442.326	100.977	49.838	2.095	2.195	116.468	856.756
31 de dezembro de 2017	(3.006)	(76.263)	(265.123)	(61.597)	(31.431)	-	-	(66.038)	(503.458)
Adições de depreciação	(294)	(10.449)	(25.315)	(5.638)	(2.577)	-	-	(7.204)	(51.477)
Baixas de depreciação	-	207	-	-	-	-	-	-	207
31 de dezembro de 2018	(3.300)	(86.505)	(290.438)	(67.235)	(34.008)	-	-	(73.242)	(554.728)
Adições de depreciação	(295)	(10.342)	(25.314)	(5.638)	(2.605)	-	-	(7.205)	(51.399)
31 de dezembro de 2019	(3.595)	(96.847)	(315.752)	(72.873)	(36.613)	-	-	(80.447)	(606.127)
Total em:									
31 de dezembro de 2018	1.764	50.848	151.888	33.742	15.460	2.205	2.272	43.226	301.405
31 de dezembro de 2019	1.469	40.946	126.574	28.104	13.225	2.095	2.195	36.021	250.629

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Movimentação do imobilizado do consolidado

	Custo atribuído				Em curso		Ágio Alocado - mais valia	Total	
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo			Bens em andamento
31 de dezembro de 2017	5.532	220.592	492.487	137.172	49.467	2.641	9.943	400.311	1.318.145
Adições	-	-	-	-	-	345	4.657	-	5.002
Baixas	-	(290)	-	-	-	(639)	(45)	-	(974)
Transferências	-	3.175	5.113	14	-	(51)	(8.251)	-	-
31 de dezembro de 2018	5.532	223.477	497.600	137.186	49.467	2.296	6.304	400.311	1.322.173
Adições	-	-	-	64	-	228	891	-	1.183
Baixas	-	-	-	-	-	(3)	(8)	-	(11)
Transferências	-	848	3.565	-	370	(169)	(4.614)	-	-
31 de dezembro de 2019	5.532	224.325	501.165	137.250	49.837	2.352	2.573	400.311	1.323.345
31 de dezembro de 2017	(2.998)	(101.620)	(308.788)	(85.862)	(31.431)	-	-	(88.684)	(619.383)
Adições de depreciação	(294)	(16.053)	(27.469)	(6.196)	(2.577)	-	-	(29.850)	(82.439)
Baixas de depreciação	-	280	-	-	-	-	-	-	280
31 de dezembro de 2018	(3.292)	(117.393)	(336.257)	(92.058)	(34.008)	-	-	(118.534)	(701.542)
Adições de depreciação	(320)	(16.093)	(27.275)	(6.010)	(2.606)	-	-	(29.852)	(82.156)
31 de dezembro de 2019	(3.612)	(133.486)	(363.532)	(98.068)	(36.614)	-	-	(148.386)	(783.698)
Total em:									
31 de dezembro de 2018	2.240	106.084	161.343	45.128	15.459	2.296	6.304	281.777	620.631
31 de dezembro de 2019	1.920	90.839	137.633	39.182	13.223	2.352	2.573	251.925	539.647

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2019 e 2018 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras e transmissão e distribuição.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de concessão, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 372.325 registrado no ativo imobilizado.

A contrapartida do saldo foi registrada no patrimônio líquido, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos. O valor do passivo diferido registrado em 1º janeiro de 2009 foi de R\$ 100.410.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

10. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	1.131	-
Fornecedores	1.682	1.263	2.714	4.595
Pesquisa e desenvolvimento	9.360	11.770	10.511	12.684
Contas a pagar - partes relacionadas	5.678	5.240	6.917	8.651
Seguros	12	14	17	18
Total	16.732	18.287	21.290	25.948
Passivo circulante	13.313	15.147	17.871	22.808
Passivo não circulante	3.419	3.140	3.419	3.140

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2.119	2.810	2.552	3.463
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	6.042	7.028	6.282	7.341
Total - Impostos diretos	8.161	9.838	8.834	10.804
PIS - Programa de Integração Social	238	165	295	207
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.097	759	1.360	954
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	121	32	148	79
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	73	76	125	214
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	5	27	(65)	(37)
Retenções - Lei nº 10.833	7	4	8	6
IOF - Impostos sobre Operações Financeiras	-	-	-	81
Outros	1.851	62	1.853	60
Total - Impostos indiretos	3.392	1.125	3.724	1.564
Total - Impostos e contribuições a recolher	11.553	10.963	12.558	12.368

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2019		2018	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Brookfield Energia Renovável S.A.	Partes relacionadas	CDI + 0,5%	-	12.411	-	138.443
Total			-	12.411	-	138.443

Credor	Modalidade	Encargos	Consolidado			
			2019		2018	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Brookfield Energia Renovável S.A.	Partes relacionadas	CDI + 0,5%	-	12.411	-	138.443
Total			-	12.411	-	138.443

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	138.443	268.393	138.443	260.861
Captação	6.000	10.000	-	-
Juros provisionados	5.455	17.082	5.455	17.082
Amortização – principal	(84.696)	(157.197)	(93.539)	(139.500)
Pagamento – juros	(52.791)	-	(37.948)	-
IOF capitalização	-	165	-	-
Saldo final	12.411	138.443	12.411	138.443

Durante o exercício de 2019, a Sociedade captou recursos com as suas controladas Pantanal e Bela Vista no montante de R\$ 6.000. Essas transações foram quitadas durante o exercício de 2019.

Debênture realizada com a parte relacionada Brookfield Energia Renovável S.A. durante o exercício de 2016, remunerada por 100% do CDI e com data de vencimento em 09 de novembro de 2025. O valor nominal de cada uma das Debêntures será pago até a data do vencimento, exceto se as Debêntures forem convertidas em ações. O contrato não possui prazo para pagamento dos juros incorridos, eles serão pagos de acordo com a disponibilidade de caixa da Sociedade.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Riscos cíveis	65	56	65	56
Riscos trabalhistas	14	10	20	24
Total	79	66	85	80

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela Sociedade:

	Controladora		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
31 de dezembro de 2017	3.978	22	4.000
Adição	-	9	9
Baixa por pagamento	(438)	(22)	(460)
Baixa por reavaliação de contingências	(3.800)	-	(3.800)
Atualização	316	1	317
31 de dezembro de 2018	56	10	66
Adição	-	812	812
Baixa por pagamento	-	(400)	(400)
Baixa por reavaliação de contingências	-	(413)	(413)
Atualização	9	5	14
31 de dezembro de 2019	65	14	79

	Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
31 de dezembro de 2017	3.978	22	4.000
Adição	-	23	23
Baixa por pagamento	(438)	(22)	(460)
Baixa por reavaliação de contingências	(3.800)	-	(3.800)
Atualização	316	1	317
31 de dezembro de 2018	56	24	80
Adição	-	812	812
Baixa por pagamento	-	(409)	(409)
Baixa por reavaliação de contingências	-	(413)	(413)
Atualização	9	6	15
31 de dezembro de 2019	65	20	85

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências--Continuação

A Sociedade e suas controladas, em 31 de dezembro de 2019, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui uma ação de desapropriação classificada por seus assessores jurídicos como sendo de perda provável, no montante de R\$ 65 (R\$ 56 em 31 de dezembro de 2018).

b) Provisão para riscos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui ação trabalhista classificada por seus assessores jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 14 (em 31 de dezembro de 2018, totalizando R\$ 10).

Pantanal Energética

Em 31 de dezembro de 2019 existe provisão para contingência trabalhista classificada pela controlada indireta como perda provável, no montante de R\$ 6 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2018), referente à uma Reclamação Trabalhista.

c) Contingências possíveis

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Riscos trabalhistas	942	1.296	1.678	1.296
Administrativo e tributário	52.290	37.196	52.290	37.196
Total	53.232	38.492	53.968	38.492

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis

A Sociedade e suas controladas possuem processos de natureza diversas, classificados como perda possível: (a) quatro ações trabalhistas no montante de R\$ 1.678 (três ações trabalhistas no montante de R\$ 1.296 em 31 de dezembro de 2018); (b) nove processos tributários no montante de R\$ 52.290 (dois processos tributários no montante de R\$ 37.196 em 31 de dezembro de 2018), referentes a diversas naturezas, tais como auto de infração referente a não homologação de DCOMPs, execução fiscal referente a cobrança de CDAs, IRPJ, CSLL e ICMS.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 136.474, dividido em 339.323.283 (trezentas e trinta e nove milhões, trezentas e vinte e três mil, duzentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

b.3) *Reserva de incentivos fiscais*

Foi aprovado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e homologado pela Secretaria da Receita Federal, conforme Ato Declaratório Executivo nº 158, de 20 de março de 2006, incentivo fiscal, especificamente com relação ao imposto de renda, pelo qual foi concedido à Sociedade o benefício de redução do imposto de renda devido de 75%, entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2014. Em dezembro de 2013, a Sociedade obteve êxito na renovação do referido benefício fiscal na SUDAM, a perdurar por mais 10 anos, prorrogando o incentivo até 31 de dezembro de 2022. Com a obtenção do benefício tributário, a alíquota de IRPJ reduziu de 25% para 6,25% em adição a alíquota da CSLL de 9% totalizando em 15,25% a alíquota somada de IRPJ e CSLL.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.3) *Reserva de incentivos fiscais*--Continuação

De 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2019, esse benefício foi refletido diretamente nas demonstrações financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2008, em decorrência da mudança de prática contábil instituída pela Lei nº 11.638/07, as parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimentos passaram a ser registradas na rubrica "Imposto de Renda", no resultado do exercício. Na destinação do lucro, esses incentivos não afetaram a base para dividendos e foram apropriados à conta de "reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

Em 05 de junho de 2019, por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada nesta data, os acionistas aprovaram a destinação do montante total de R\$ 16.062 para a conta de Reserva de Incentivo Fiscal do exercício de 2018. A parcela de R\$ 14.181 referente ao exercício de 2019 será submetida à aprovação da AGO a ser realizada em 2020.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, líquido do imposto de renda e contribuição social, realizada em 1º de janeiro de 2009 conforme com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado foi depreciado e o imposto de renda e contribuição social apropriado ao resultado.

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

d) Dividendos--Continuação

Em 05 de junho de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 41.420 (R\$ 122,07 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 05 de setembro de 2018, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 33.657 (R\$ 99,19 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 17 de julho de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 17.923 (R\$ 52,82 por lote de mil ações), em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 10.962 (R\$ 32,31 por lote de mil ações) e em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 9.832 (R\$ 28,98 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia				
Venda de energia elétrica	46.658	96.198	95.829	143.457
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	135.251	113.560	155.540	131.989
Resultado com MRE e CCEE (*)	3.665	4.428	19.084	6.828
Serviços de compartilhamento de linha de transmissão	303	239	303	239
	185.877	214.425	270.756	282.513
Deduções da receita operacional bruta				
Impostos sobre a venda				
ICMS	-	-	(3)	-
PIS	(3.070)	(3.207)	(3.620)	(3.660)
COFINS	(14.139)	(14.765)	(16.682)	(16.860)
ISS	-	(12)	-	(12)
Receita operacional líquida	168.668	196.441	250.451	261.981

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo do serviço de energia elétrica				
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	14.388	-	14.388
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	(3.639)	(3.816)	(3.639)	(3.816)
<i>Royalties</i> ANEEL	22.423	22.208	26.155	25.570
Pesquisa e desenvolvimento	2	-	6	8
	18.786	32.780	22.522	36.150
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	68	128	100	204
Viagens	161	243	220	412
Serviços de terceiros	7.940	7.499	11.157	9.638
Seguros	2.642	2.421	3.482	3.274
Pessoal	6.825	6.846	6.849	6.911
Depreciação e amortização de UBP	44.194	44.273	52.304	53.230
Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas (***)	7.818	7.050	7.818	7.050
Manutenção	817	866	1.223	2.303
MRE/CCEE (**)	12.295	4.928	20.609	6.075
Telecomunicações	174	174	400	397
Aluguéis e utilidades	37	40	59	86
Promoção e publicidade	19	19	24	24
Outros	969	746	1.328	1.038
	83.959	75.233	105.573	90.642
Total do custo do serviço prestado	102.745	108.013	128.095	126.792
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	4	4	5	7
Viagens	1	6	4	6
Serviços de terceiros	536	814	553	953
Pessoal	2	-	2	-
Amortização da mais valia alocada em controlada	7.205	7.204	29.852	29.850
Promoção e publicidade	-	-	43	33
Rateio de despesas (*)	6.419	6.015	11.197	10.728
Doações	282	585	282	585
Total das despesas gerais e administrativas	14.449	14.628	41.938	42.162
Total de custos e despesas gerais e administrativas	117.194	122.641	170.033	168.954

(*) Valores relativos ao contrato de compartilhamento de despesas com a parte relacionada Brookfield Energia Renovável S.A.

(**) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

(***) Referem-se aos contratos de O&M.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita por indenização (*)	-	9.880	-	9.880
Multas e juros sobre tributos	(107)	(22)	(114)	(26)
Reavaliação de contingências	-	3.800	-	3.800
Ganho/perda na venda de ativos	-	14	-	(592)
Outros	(337)	(499)	(234)	176
Total	(444)	13.173	(348)	13.238

(*) A receita por indenização se refere ao reembolso da seguradora em decorrência dos sinistros ocorridos em Itiquira na Casa de Força 1 no montante de R\$ 2.352 em 23 de julho de 2018, na Unidade Geradora 3 no montante de R\$ 1.048 em 22 de agosto de 2018 e na Casa de Força 2 no montante de R\$ 6.480 em 28 de setembro de 2018.

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	558	842	736	1.278
Variação monetária e cambiais, líquidas	393	1	400	3
Juros sobre mútuos	-	190	-	190
Total	951	1.033	1.136	1.471
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	5.455	17.082	5.455	17.082
Despesas com letras de crédito	167	-	167	-
Imposto sobre operações financeiras	173	261	223	288
Correção monetária UBP	-	-	-	39
Outros	1.029	206	1.084	222
Total	6.824	17.549	6.929	17.631

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

Os saldos patrimoniais de impostos de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Tributos diferidos		
Provisões temporárias	147	165
Custo atribuído ativo imobilizado	(25.833)	(29.415)
Total tributos diferidos, líquidos	(25.686)	(29.250)

O ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias, foi reconhecido levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e alíquotas vigentes, considerando o benefício do lucro da exploração (SUDAM) conforme o período de apuração.

	2019		2018	
	Base de cálculo	IR e CS	Base de cálculo	IR e CS
Ativo				
Provisões temporárias	962	147	1.082	165
		147		165
Passivo				
Custo atribuído - Benefício L. Exploração	(324.374)	(49.467)	(324.374)	(49.467)
(-) Depreciação/baixas Benefício L. Exploração	257.702	39.300	234.211	35.718
Custo atribuído	(46.075)	(15.666)	(46.075)	(15.666)
		(25.833)		(29.415)
Total de imposto diferido		(25.686)		(29.250)

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos apresentada nas demonstrações de resultado individuais e consolidadas da Sociedade é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Corrente				
Imposto de renda	(2.119)	(2.810)	(3.857)	(4.501)
Contribuição social	(6.056)	(7.028)	(7.006)	(7.899)
Total do imposto corrente	(8.175)	(9.838)	(10.863)	(12.400)
Diferido				
Imposto de renda	1.461	1.218	1.460	1.218
Contribuição social	2.103	1.753	2.104	1.753
Total do imposto diferido	3.564	2.971	3.564	2.971
Total com despesas de impostos	(4.611)	(6.867)	(7.299)	(9.429)

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas indiretas da Sociedade, Pantanal Energética Ltda. e Bela Vista Energética Ltda. calcularam o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (energia)	84.879	84.879	68.088	68.088
ICMS	(3)	(3)	-	-
Outros – Baixa Liminar GFIS	(125)	(125)	-	-
	84.751	84.751	68.088	68.088
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	6.780	10.170	5.447	8.171
Receitas financeiras	160	160	431	431
Outras receitas	179	179	859	859
Base de cálculo total (*)	7.119	10.509	6.737	9.461
% do imposto	25%	9%	25%	9%
	1.732	946	1.636	851
Outros	-	-	54	20
Total	1.732	946	1.690	871

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada direta Cachoeira Escura Energética S.A, calculou o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro real, como demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	26.443	17.086
% do imposto (*)	34%	34%
Base de imposto de renda e contribuição social	8.990	5.809
Amortização da mais valia	7.700	7.700
Equivalência patrimonial	(16.669)	(13.527)
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	-	18
Adicional sobre o lucro tributável (**)	(5)	-
Outros	(5)	-
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	11	-

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

(**) Anulação do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, uma vez que a alíquota nominal utilizada é 34%, com o adicional e a base tributável é inferior a R\$240.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	71.589	87.544	74.277	90.105
	34%	34%	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	24.316	29.741	25.230	30.612
Adições e exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	(8.987)	(5.809)	-	-
Mais valia	-	-	7.700	7.700
Indenizações	-	(3.422)	-	(3.422)
Diferido - variação alíquota lucro da exploração (34% para 15,25%)	4.382	3.109	4.382	3.109
Incentivo Lucro da exploração	(14.181)	(16.062)	(14.181)	(16.062)
Incentivos Fiscais – Patrocínio	(801)	(626)	(801)	(626)
Diferencial tributação presumido	-	-	(14.908)	(11.837)
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal	-	-	(5)	19
Outros	(118)	(64)	(118)	(64)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	4.611	6.867	7.299	9.429

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em dezembro de 2013, a Sociedade obteve êxito na renovação do referido benefício fiscal, a vigorar por mais 10 anos, contados a partir de 2013 até 2022, inclusive, conforme decisão favorável expedida pela SUDAM nos autos do processo CUP nº 59004/000242/2013-39.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Contas a receber					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	7.413	2.904	7.413	2.904
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	2.959	8.140	4.682	11.747
Tangará Energia S.A.	(a)	513	-	513	-
		10.885	11.044	12.608	14.651
Dividendos a receber					
Cachoeira Escura Energética S.A.	(b)	6.278	4.058	-	-
		6.278	4.058	-	-
Passivo					
Contas a pagar					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(c)	2.259	2.099	3.498	5.511
Brookfield BRP Holdings (Canada) Inc.	(c)	3.419	3.140	3.419	3.140
Bela Vista Energética Ltda.	(c)	-	1	-	-
		5.678	5.240	6.917	8.651
Dividendos a pagar					
Itisa Holding LLC.	(d)	58.488	19.161	58.488	19.161
		58.488	19.161	58.488	19.161
Mútuos a pagar					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(e)	12.411	138.443	12.411	138.443
		12.411	138.443	12.411	138.443
Receita					
Venda de energia					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(f)	95.010	40.044	95.010	40.044
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(f)	35.366	73.516	55.655	91.945
Tangará Energia S.A.	(f)	4.875	-	4.875	-
		135.251	113.560	155.540	131.989
Receitas financeiras					
Pérola Energética S.A.	(g)	-	190	-	190
		-	190	-	190

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Transações com partes relacionadas--Continuação

Custo

Compra de energia

Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(h)	-	14.388	-	14.388
		-	14.388	-	14.388

Serviço de O&M

Brookfield Energia Renovável S.A.	(i)	7.818	7.050	7.818	7.050
		7.818	7.050	7.818	7.050

Despesas financeiras

Brookfield Energia Renovável S.A.	(j)	5.455	17.082	5.455	17.082
		5.455	17.082	5.455	17.082

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (d) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (e) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (f) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (g) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (h) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (i) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (j) Despesas financeiras resultantes das debêntures em vigência entre a Sociedade e a outra empresa do grupo.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens vinculados à concessão sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 700.000 (R\$ 700.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora					
	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.497	4.497	-	6.588	6.588
Contas a receber	16.108	-	16.108	20.590	-	20.590
Dividendos a receber	6.278	-	6.278	4.058	-	4.058
	22.386	4.497	26.883	24.648	6.588	31.236

	Consolidado					
	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.574	7.574	-	10.556	10.556
Contas a receber	33.432	-	33.432	31.923	-	31.923
	33.432	7.574	41.006	31.923	10.556	42.479

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	2019	2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	16.732	18.287
Empréstimos e financiamentos	12.411	138.443
Dividendos a pagar	58.488	19.161
	87.631	175.891

	Consolidado	
	2019	2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	21.290	25.948
Empréstimos e financiamentos	12.411	138.443
Dividendos a pagar	58.488	19.161
	92.189	183.552

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	7.574	10.556

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade e suas controladas possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade e suas controladas efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade e suas controladas tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade e suas controladas tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da concessão e autorização*

A Sociedade detém outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, a UHE Itiquira tem a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Itiquira Energética S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

23. Eventos subsequentes

Em março de 2020 houve uma mudança no prognóstico de perda de uma contingência de possível para provável cuja natureza é tributária, nº do processo 10183.721598/2015-11, que trata de cobrança de débitos oriundos de compensações de IOF no valor de R\$ 8.606.

A administração da Itiquira Energética S.A. tem o entendimento que esse evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras, ocorrido entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis, se enquadra como um evento originado subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras e que nenhuma outra ação é necessária nas Demonstrações Financeiras, até que se tenha um fechamento final dos fatos mencionados acima.

24. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 14 de abril de 2020.